

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 036-14, DE 17 DE JULHO DE 2014.

Cria o Conselho Municipal de Saneamento – CMS.

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento, tendo como sigla a palavra CMS, de natureza executiva, com a finalidade de normatizar, deliberar, fiscalizar, auxiliar e controlar a prestação de serviços públicos de saneamento, compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e disposições dos resíduos sólidos, que tenham sido delegados para exploração por terceiros, entidades públicas ou privadas, através de Concessão ou Permissão.

Art. 2º O Conselho Municipal de Saneamento – CMS, será formado pelos seguintes órgãos, os quais designarão os membros representantes:

- I) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Transporte;
- II) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
- III) 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- IV) 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito;
- V) 01 (um) representante de Entidade representativa de Classe;
- VI) 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas e,
- VII) 01 (um) representante de Associações dos Moradores dos Bairros.

§ 1º Os representantes referidos no inciso I, II, III e IV, serão indicados e designados pelo Prefeito;

§ 2º Os representantes referidos nos incisos, V, VI e VII, composto de um membro por entidade, serão indicados e designados respectivamente pelos órgãos em questão.

Art. 3º Para cada representante titular, caberá um suplente da mesma fonte de indicação, com presença e palavra asseguradas em todas as reuniões do CMS, e voto, quando no exercício da titularidade.

Art. 4º O Presidente do CMS, será eleito por seus membros, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito por mais um mandato.

§ 1º Os membros do CMS e seus respectivos suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito por mais um mandato;

§ 2º O desempenho das funções dos membros do CMS não será remunerado;

§ 3º Os serviços prestados ao CMS, serão considerados como de “relevante serviço público e comunitário”.

Art. 5º O Regimento Interno do CMS será estabelecido pelos membros e sua regulamentação deverá ser realizada através de Decreto Municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 17 DE JULHO DE 2014.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 036-14, DE 17 DE JULHO DE 2014.

JUSTIFICATIVA

Estamos enviando o presente projeto de lei para apreciação desta Colenda Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei nº 036/14, de 17-07-14, visando a criação do Conselho Municipal de Saneamento – CMS.

O CMS servirá para executar os trâmites que envolvem diretamente as atividades de Saneamento Básico do Município, as obras, a necessidade de desenvolvimento de estudos e projetos na área.

O Conselho Municipal de Saneamento é órgão consultivo, normativo, de fiscalização, controle e acompanhamento dos serviços públicos de saneamento.

Assim como está acontecendo em diversos Municípios do Estado, a criação do Conselho Municipal de Saneamento é realizado pela necessidade de acompanhamento nos trâmites da área, para sua melhor execução como um todo.

Nesse sentido, encaminhamos aos Nobres Edis, o projeto de criação do CMS, na certeza de uma boa acolhida por parte dessa Casa Legislativa.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 17 DE JULHO DE 2014.

GIL MARQUES FILHO

Prefeito